

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

RESENHAS ACADÊMICAS E SUA ORGANIZAÇÃO RETÓRICA

Gisele de Carvalho*

Introdução

A fim de se manter atualizado em sua área, um pesquisador precisaria dar conta de uma grande carga de leitura. Essa tarefa é virtualmente impossível, não só por falta de tempo, mas também em função dos custos para a aquisição de múltiplas publicações. Para lidar com as demandas de sua área de atuação profissional, um pesquisador precisa, portanto, ser seletivo. Nesse sentido, resenhas de livros cumprem um papel importante, pois se configuram como textos em geral não muito longos, que fornecem uma avaliação e uma descrição de um livro recentemente publicado, redigido por especialistas (novatos ou experientes) de certa área do conhecimento, para que seus leitores possam exercitar tal “seletividade”.

Quanto à relevância deste gênero para quem o produz, vemos que esta é uma via pela qual o pesquisador pode, por exemplo, adquirir alguma visibilidade acadêmica. Segundo Motta-Roth (1995, p. 101), “os membros novatos de determinada disciplina são os que fazem resenhas de livros de forma mais consistente. Os mais experientes se ocupam de publicações mais importantes”.¹ Em outras palavras, alunos de cursos de pós-graduação ou profissionais recém-integrados ao mundo acadêmico estariam mais inclinados a produzirem resenhas de livros. Vemos pelo menos duas razões para isto: a primeira, de ordem mais prática, é a de garantir produção acadêmica na forma de uma publicação, mesmo que esta ainda não seja considerada “nobre”, ou que não provoque algum tipo de impacto, se não é,

* Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

1 MOTTAROTH, D. *Rhetorical Features and Disciplinary Cultures: a Genre-Based Study of Academic Book Reviews in Linguistics, Chemistry, and Economics*. Florianópolis, 1995. Tese (Doutorado) - UFSC (as traduções de todos os textos em inglês são de minha autoria).

geralmente, citada por outros; a segunda, capaz de conferir algum prestígio ou abrir portas, é a de demonstrar capacidade de reflexão crítica a respeito de novas teorias ou pesquisas recentemente divulgadas e, dessa forma, conquistar a aceitação por uma certa comunidade acadêmica.

No entanto, Motta-Roth fala de uma realidade norte-americana, que parece ser um pouco diferente da realidade brasileira, pelo menos quanto a quem produz resenhas de livros. Uma investigação dos textos coletados para a pesquisa que descreveremos a seguir parece indicar que, em nosso contexto, os membros mais experientes da academia também se ocupam da tarefa de resenhar. Por exemplo, os números de 1996 a 1998 da Revista *Literatura e Sociedade* têm um total de onze resenhas, das quais dez foram escritas por professores universitários e uma por uma pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa. Essa proporção nos leva a inferir que no contexto brasileiro a produção de resenhas tem o que poderíamos designar de *status acadêmico*, mesmo que inferior ao de um artigo publicado em um periódico indexado ou a de uma palestra proferida em evento de alcance nacional.

A pesquisa que aqui relatamos traz os resultados da análise do gênero *resenhas acadêmicas*. Os textos analisados avaliam publicações de interesse para a área de Teoria da Literatura e, neste primeiro momento da pesquisa, objetivamos detectar sua organização retórica e identificar as características lingüísticas mais relevantes para atualizar o propósito comunicativo do gênero.

Pressupostos teóricos

Gênero é aqui usado, primeiramente, no sentido global a ele atribuído por Biber (1988): “O termo ‘gênero’ categoriza textos com base em critérios externos”;² isto é, falamos de instâncias de uso, delineadas a partir da função retórica que desempenham em certa situação de enunciação. Gêneros, portanto, são mais consistentemente distinguidos por seus propósitos comunicativos do que apenas pela recorrência de certas características formais. Isto não quer dizer, entretanto, que não haja um nível de padronização, ou “sedimentação das formas nos gêneros”, nos termos de Bazerman (1994, p. 82), reconhecido e socialmente compartilhado pelos usuários dos diferentes gêneros. A sedimentação de que fala este autor é o que faz com que possamos identificar características convencionais e muitas vezes

2 BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: CUP, 1988.

padronizadas em um gênero. Cabe-nos não esquecer que as convenções dos gêneros são “dependentes da situação social na qual a linguagem é usada, e do propósito social para o qual a linguagem está sendo usada em tal situação”.³ A partir desse ponto de vista, a perspectiva adotada para a análise dos textos nesta pesquisa é a de gênero como forma retórica dinâmica (Berkenkotter e Huckin, 1992).

A análise que aqui descrevemos também se apóia em teorias de gênero cujas bases enfatizam a importância de aspectos sociais e culturais de um texto (Carolyn Miller, 1984; Charles Bazerman, 1994). Tratamos, portanto, de não abandonar a busca de regularidades na forma de textos que compõem um certo gênero, mas de estabelecer relações entre as regularidades encontradas e o contexto sociocultural que afeta a construção dos textos. Bazerman (1994, p. 79-101), por exemplo, trabalha com o discurso profissional ao examinar petições e concessões de patentes. Dentro de uma perspectiva de “gênero como ação social” (Miller, 1994), além de descrever as características lingüísticas dos textos, este autor busca informações a respeito dos sistemas legal e econômico dos quais as patentes fazem parte e sustenta que “Uma forma textual que não é reconhecida como sendo de um tipo, como tendo determinada força, não teria *status* nem valor social como gênero. Um gênero existe apenas na medida em que seus usuários o reconhecem e o caracterizam” (1994, p. 81).⁴

Coracini (1991), ao estudar o discurso acadêmico da área de Biologia, questiona a objetividade da linguagem científica, examinando a estrutura retórica Introdução-Metodologia-Resultados-Discussão-Conclusão de artigos científicos escritos em português e em francês. Esse esquema canônico, que indicaria os passos da investigação científica, é na verdade caracterizado por “uma certa imprecisão, no plano semântico, entre as partes que constituem a estrutura explícita de que falei acima, ou melhor, não raro se percebem fronteiras imprecisas entre essas partes” (1991, p. 84).⁵ Ou seja, a estrutura canônica mascara uma não-linearidade e toda uma subjetividade do discurso científico, caracterizado por Coracini como persuasivo.

Nos exemplos das pesquisas mencionadas podemos observar a necessidade de delinear o contexto sociocultural onde se insere determinado gênero. Em nosso caso, estamos trabalhando com o discurso acadêmico, basicamente associado à universidade e à produção e divulgação de conhecimento por pesquisadores,

3 IVANIC, R. *Writing and identity: the discursual construction of identity in academic writing*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1998.

4 BAZERMAN, C. Systems of genres and the Enactment of Social Intentions. In: FREEDMAN, A. e MEDNAY, P. *Genre and the new Rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

5 CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes, 1991.

professores e intelectuais ligados à academia, assim como por alunos de graduação e pós-graduação, receptores e também produtores desse discurso a partir de um dado momento. Esse discurso é atualizado em artigos, conferências, teses, monografias, palestras, resenhas e usualmente marcado pela presença de paráfrases, citações, referências bibliográficas (mesmo em alguns gêneros textuais orais), demonstrando que seu autor compartilha saberes com outros pesquisadores. Entretanto, estas convenções, muitas vezes vistas como um repertório de práticas acadêmicas consensuais, podem se revestir de um caráter excludente se quem as utiliza não está devidamente familiarizado com elas, a ponto de perceber que sua utilização não é ingênua. Como adverte Lillis (1997, p. 184),

Os discursos acadêmicos precisam ser problematizados ao invés de serem tomados como certos, a fim de explorarmos como certos tipos de conhecimento são construídos através de certo enunciado. [...] Isto envolve reconhecer que, a fim de criarmos significado, recorreremos aos discursos que foram postos à nossa disposição em nossa experiência sociocultural. Através dos fraseados que usamos, invocamos, consciente ou inconscientemente, certos discursos que moldam tanto como criamos significado, como a forma pela qual os outros compreendem o que dizemos. Criar significado implica em assumir controle dos enunciados.⁶

O discurso da academia é também disciplinar, por estar associado a este ou aquele campo do conhecimento. Neste sentido, quando nesta pesquisa se define a área de Teoria da Literatura como foco de estudo, estamos de acordo com Motta-Roth (1995, p. 203) que afirma que “...características textuais respondem a variações em configurações contextuais, isto é, diferenças naquilo que culturas disciplinares concebem como sendo seu objeto de estudo, sua organização e valores epistemológicos”.⁷ Portanto, ao focalizarmos o discurso da Teoria da Literatura atualizado em resenhas de livros, estamos falando também das convenções de produção de conhecimento na área, convenções estas ao mesmo tempo lingüísticas e socioculturais.

6 LILIS, T. New voices in academia? The regulative nature of academic writing conventions. *Language and education*, v. 11, n. 3, p. 182-199, 1997.

7 MOTTA-ROTH, op. cit.

A pesquisa bibliográfica para essa pesquisa revelou a escassez de estudos sobre a organização retórico-discursiva de resenhas de livros. No entanto, a tese *Rhetorical Features and Disciplinary Cultures: a Genre-Based Study of Academic Book Reviews in Linguistics, Chemistry and Economics*, de Désirée Motta-Roth, configurou-se como uma importante referência. Em seu minucioso trabalho, a autora analisa resenhas escritas em língua inglesa, publicadas em periódicos acadêmicos nas áreas mencionadas no título do trabalho. Parte de sua análise é quantitativa e tem como objetivo verificar se certos elementos que indicam avaliação são mais, ou menos, frequentes em uma disciplina do que em outra. A parte qualitativa procura identificar os movimentos retóricos de resenhas de livros, com base na abordagem analítica proposta por Swales (1990). Motta-Roth (1995, p. 200) conclui que as resenhas de livros em Linguística, Química e Economia tendem a apresentar uma mesma configuração e sugere a seguinte descrição esquemática do padrão retórico dos textos analisados: “Movimento 1 – Apresentando o livro; Movimento 2 – Descrevendo o livro em linhas gerais; Movimento 3 – Ressaltando partes do livro; Movimento 4 – Fornecendo avaliação final do livro”. As categorias analíticas encontradas na tese de Motta-Roth são nosso ponto de partida para a análise das resenhas de livros em Teoria da Literatura.

Metodologia

A fim de dar conta dos objetivos expostos anteriormente, um total de 20 resenhas de livros foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: o texto precisa ser encontrado em seção de revista acadêmica denominada “resenhas” ou sintagma correspondente a este; a resenha precisa ser assinada; os textos devem avaliar criticamente apenas um livro (e não anais de congressos ou artigos) de interesse para a área de Teoria da Literatura.

As resenhas foram qualitativamente analisadas, com a finalidade de caracterizarmos seus movimentos retóricos, com base na Análise de Gênero, atualizada nas abordagens propostas por Swales (1990) e Bhatia (1993), e nas categorias analíticas apresentadas por Motta-Roth (1995) em sua tese de doutoramento.

Em relação à delimitação dos movimentos retóricos no texto, buscamos aqui estabelecer fronteiras de acordo com a identificação do propósito comunicativo de diferentes passagens. Ou, nas palavras de Bhatia (1993, p. 87), “embora as marcas

de superfície sejam indicadores razoavelmente confiáveis dos valores discursivos na maioria dos contextos, os critérios definitivos para a atribuição de valores discursivos aos vários movimentos são funcionais e não formais”.⁸ Ao proceder dessa forma, observamos que há uma certa flexibilidade, e até uma certa imprecisão, na delimitação das fronteiras precisas entre os diferentes movimentos. Um determinado propósito comunicativo pode se realizar dentro, por exemplo, das fronteiras de um parágrafo (ou seqüência de parágrafos), ou dois movimentos diferentes podem estar localizados em um mesmo parágrafo (ou seqüência de parágrafos). Constatamos esta maleabilidade não só entre resenhas como também dentro de uma mesma resenha.

A partir da caracterização dos movimentos retóricos em cada resenha do *corpus*, foi-nos possível estabelecer generalizações a respeito da organização retórica dos textos: quais movimentos são obrigatórios, quais são opcionais, e a possível seqüência dos movimentos no texto. Desta forma, identificamos regularidades que possibilitam a delimitação de um padrão retórico em resenhas, e uma descrição esquemática do gênero.

Resultados e Discussão

A análise das resenhas de Teoria da Literatura revelou que sua organização retórica geral é bastante semelhante àquela sugerida por Motta-Roth (1995, p. 131-142) para resenhas acadêmicas de livros de Economia, Linguística e Química, escritas em inglês, principalmente no que diz respeito ao propósito comunicativo de cada movimento retórico, assim nomeados: (1) apresentação do livro, (2) descrição da organização do livro, (3) avaliação de partes do livro, (4) veredicto sobre o livro. Entretanto, há variações importantes, discutidas em detalhe ao longo das próximas seções. A fim de ilustrar os diferentes movimentos retóricos, tomaremos por base a resenha “Na travessia dos discursos oitocentistas”,⁹ reproduzida a seguir em três grandes blocos:

8 BHATIA, V. *Analysing Genre: Language use in professional settings*. London: Longman, 1993.

9 MARTINS, L. M. Na travessia dos discursos oitocentistas. *Cadernos Pedagógicos e Culturais*. Niterói, v. 3, n. 1, p. 177-190, jan./jun. 1994.

O mais recente livro de Heloísa Toller Gomes abre-se com uma instigante epígrafe, pinçada de Guimarães Rosa: “O que lembro, tenho”. Esse lembrar, no texto de Heloísa, traduz-se pelo *tecer*, pois é no próprio alinhavo de sua escrita que a autora reconstrói, costura e desvela as marcas e os fios constitutivos dos discursos oitocentistas sobre o negro no Brasil e nos Estados Unidos, nos alertando, ainda, com Clarice Lispector, que “a história é feita de muitas histórias”.

Ancorada no rigor de sua argumentação, na potencialidade de sua análise e no vasto e profundo conhecimento do tema, Heloísa adota a voz de um narrador crítico e perspicaz que revisita um rico *corpus* bibliográfico na construção de um texto que informa, discute e problematiza muitos dos saberes já constituídos sobre o negro.

Consciente de que, em geral, o aparato discursivo ocidental sobre o negro tem traduzido a cor negra como uma ausência ou o sujeito negro como signo de invisibilidade, a autora, com muita propriedade, evita as armadilhas das visões etnocêntricas e logocêntricas, atenta às íntimas relações entre saber e poder que se estabelecem e se reproduzem no seio da própria linguagem. Assim, seu texto pretende não apenas mapear o território discursivo sobre o negro, mas “demarcar o ponto em que as práticas discursivas se constituem, definindo as formas que assumem, as relações que estabelecem entre si, o domínio que comandam”. Da análise dessas formas, relações e domínios é que emerge o perfil minucioso do universo textual sobre o escravismo no Brasil e nos Estados Unidos, desenhado em três recortes fundamentais: o discurso religioso, o político e o literário. A abordagem comparativa e interdisciplinar permite à autora focalizar seu objeto sob o prisma de diversas áreas do conhecimento, realçando as inter-relações, conceituais e ideológicas, que os textos mantêm entre si em seu contexto. Numa perspectiva mais ampla, o estudo ressalta as similaridades e diferenças na constituição das práticas discursivas que traduzem as sociedades do Brasil e dos Estados Unidos e as formas de relações inter-raciais que nelas se engendraram.

Na primeira parte do livro, a autora retoma o debate teórico-metodológico sobre o escravismo e as questões raciais, numa revisão minuciosa do tema, discutindo o pensamento e as idéias básicas de vários estudiosos, dentre eles Gilberto Freire, Harris, Tannebaum, Genovese, Gorender, Abdias do Nascimento, Maria Sylvia de Carvalho Franco. Merecem também atenção, nessa parte, as análises sobre as imagens estereotípicas do negro, a construção e transformação das noções de raça e de racismo, a discriminação racial e os modos de produção discursiva sobre o negro nas sociedades focalizadas.

Na segunda parte, a autora detém-se, com perícia, no exame crítico dos processos de construção ideológica que sustentam a produção dos discursos religioso e político que se fazem transmissores e veiculadores de uma visão de mundo assentada na pretensa supremacia racial do branco sobre o negro, legitimando, assim, as práticas de violência e discriminação que se reproduzem nos períodos anterior e posterior à abolição da escravatura.

Como contraponto ao discurso religioso oficial, destacam-se o papel essencial das organizações religiosas negras que, nos dois países, criam formas simbólicas diferenciadas de resistência cultural e religiosa. Assim, as confrarias e os terreiros, no Brasil, e as igrejas negras nos Estados Unidos, constituem-se como espaços alternativos que reafirmam e reatualizam a herança cultural africana, em jogos ritualísticos da linguagem, expressivos e fundamentais na própria construção da identidade e da alteridade negras nas Américas.

Na esfera pública, Heloísa ressalta os modos de constituição e veiculação do discurso político sobre a escravidão e o negro, sublinhando suas asserções ideológicas, suas contradições, ambigüidades e os pressupostos doutrinários e utilitários que os movem. Dois personagens públicos, dentre outros, são destacados pela autora, como metonímia da visão de mundo e dos procedimentos que prevalecem em ambas as sociedades. Através da obra de Joaquim Nabuco, a autora desvela as contradições e ambigüidades do discurso abolicionista de parte da intelectualidade brasileira que, mesmo imbuída das idéias de superioridade racial do branco, assimila (ainda que a contragosto) a mestiçagem como traço da sociedade brasileira e condição “necessária” no processo de arianização progressiva do país. Nos Estados Unidos, Lincoln representaria a faceta mais diplomática do ideário de separação racial, motivada pela noção da ‘desigualdade circunstancial ou essencial’ entre brancos e negros, que “conferia exclusivamente à população branca

— orgulhosa de sua pureza racial — o estatuto de nacionalidade'. Esse ideário separatista seria cristalizado pela doutrina "separate but equal", tornada lei pelo congresso dos Estados Unidos em 1896.

Nesse contexto, merecem destaque as ações de líderes negros abolicionistas, Luiz Gama, André Rebouças, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, cuja voz faz-se ouvir em periódicos da época. Nos Estados Unidos, no debate pós-abolicionista, realçam-se as ações e ideário dos dois pensadores negros que se contrapõem, B. T. Washington e W. E. B. Dubois.

Na última parte do livro, o foco dirige-se para o discurso literário, abordado agora através de três recortes que delineiam "o jogo de domínios, mais do que de exclusões", que pode ser mapeado no *corpus* literário. Assim, no universo da literatura oitocentista nos dois países, o recorte proposto pela autora revela-se funcional ao abordar os textos ficcionais sem impor-lhes fronteiras rígidas, respeitando a natureza móbil com que ora se aproximam e ora se distanciam da tipologia empregada.

Os textos de tese adotariam "uma posição firme e explícita diante da escravidão", na sua defesa ou na sua denúncia. Ressalta-se aí, no entanto, um funcionamento duplo e acoplado" do discurso literário, pois tanto a tese abolicionista quanto a escravista se alimentam de "outra tese subjacente, a da superioridade caucasiana". Nesse espectro enquadram-se a obra de William J. Grayson, William G. Simms e Thomas Dixon, nos Estados Unidos, assim como muito da ficção de Bernardo Guimarães, Aluísio de Azevedo, José de Alencar e Joaquim Nabuco, no Brasil.

Um segundo grupo de textos tematizariam, sem problematizar, as questões raciais e sociais. Eles asseguram, em geral, "a manutenção de padrões de comportamentos escravistas", desenhando a ordem social escravocrata como "monolítica e inabalável", sustentada numa "hierarquia absoluta". Em alguns dos romances de Alencar e de Joaquim Manuel de Macedo, na ficção de Fenimore Cooper, por exemplo, os silêncios é que desvelam e revelam as tensões e conflitos que "a letra do texto tende a encobrir".

Em um terceiro grupo, estariam os textos que nos convidam à reflexão, polemizando sobre a escravidão, a ordem escravocrata e as relações inter-raciais, articulando, pela ironia, um discurso que se impõe como o do paradoxo, "denunciando os equívocos da linguagem e mostrando a falta de senso subjacente dos sentidos consagrados". O discurso literário, aí, beneficia-se da dúvida, produz a incerteza, desconstruindo, na tessitura da própria linguagem, os significados dogmáticos e absolutos, relativizando, assim, os conceitos e as convenções sociais. Nessa linhagem corrosiva, destacam-se Hawthorne, Melville e

Mark Twain, nos Estados Unidos; Martins Pena e Machado de Assis, no Brasil.

Esse terceiro grupo de textos “têm como referência básica a construção polissêmica, responsável pelo limite impreciso e instável na pluralidade sentidos possíveis”. Podemos nos apropriar dessa formulação de Heloísa para afirmar que seu próprio texto, *As marcas da escravidão*, propõe-se ao leitor como uma construção em si mesma polissêmica que se organiza e se fundamenta num exercício fecundo de análise e interpretação dos discursos, neles recuperando uma pluralidade de sentidos possíveis; um texto que se desdobra para o leitor como um feixe de possibilidades, estimulando nossa reflexão sobre a história da escravidão, as histórias acumuladas sobre o negro, as figurações em mosaico que tecem, nas dobras da própria linguagem, as marcas das variadas falas e narrativas que têm o negro por objeto, muitas vezes à revelia do próprio negro.

3

E ao nos guiar nesse percurso de leitura e desleitura dos discursos oitocentistas sobre o negro, Heloísa aguça e enriquece nossa percepção do passado e do presente, nos lembrando, sempre, que não só a história é feita de muitas histórias, mas que o reconhecimento do outro e da alteridade não prescinde, nunca, do perene exercício de releitura crítica dos códigos e convenções que traduzem esse outro como sujeito ou como objeto, nas travessias mesmas dos saberes.

O primeiro movimento retórico, “apresentação do livro”, varia de extensão, podendo ter de 1 a 3 parágrafos, que são, em geral, aqueles que iniciam a comunicação com o leitor. Nesta fração do texto, o autor da resenha introduz o assunto do livro resenhado, além de mencionar suas características mais gerais. Dentre elas podemos destacar o tipo de livro (se é um ensaio ou uma coletânea de artigos, por exemplo), o enfoque e/ou arcabouço teórico utilizado em análises, o objetivo do livro ou do autor em escrevê-lo, informações sobre o autor, a área do conhecimento onde a publicação se insere e seu público-alvo. No primeiro bloco de nossa resenha-exemplo, verificamos que o assunto do livro resenhado centra-se em torno dos discursos do século 19 sobre o negro brasileiro e o norte-americano; ao longo dos três parágrafos iniciais da resenha (ver exemplos 1 a 4 a seguir), encontram-se referências recorrentes ao assunto do livro, especificamente através de:

[1] [...] a autora reconstrói, costura e desvela as marcas e os fios constitutivos dos discursos oitocentistas sobre o negro no Brasil e nos Estados Unidos, [...]

[2] Assim, seu texto pretende não apenas mapear o território discursivo sobre o negro, mas “demarcar o ponto em que as práticas discursivas se constituem, definindo as formas que assumem, as relações que estabelecem entre si, o domínio que comandam”.

[3] [...] o perfil minucioso do universo textual sobre o escravismo no Brasil e nos Estados Unidos, [...]

[4] Numa perspectiva mais ampla, o estudo ressalta as similaridades e diferenças na constituição das práticas discursivas que traduzem as sociedades do Brasil e dos Estados Unidos e as formas de relações inter-raciais que nelas se engendraram.

Ao examinar as resenhas do *corpus*, observamos que no interior de cada movimento retórico há diferentes subfunções que contribuem para a realização do intento comunicativo de cada um deles. No entanto, tanto a frequência como a ordem de ocorrência dessas subfunções não são fixas, o que possibilita ao autor do texto enfatizar determinados aspectos em detrimento de outros.

Na “apresentação do livro”, diferentes subfunções têm o papel de chamar a atenção do leitor para as características mais gerais do livro dos seguintes modos: 1) definindo o assunto do livro (100%); 2) inserindo o livro em uma área de estudo (80%); 3) explicitando enfoque utilizado (65%); 4) delimitando leitores potenciais da publicação (40%); 5) fornecendo informações sobre o autor (40%); e, por último, 6) fornecendo avaliação inicial (65%) – as percentagens entre parênteses indicam a incidência de ocorrência de determinada subfunção dentre as 20 resenhas do *corpus*.

No interior deste primeiro movimento retórico, observamos algumas diferenças significativas em relação ao esquema proposto por Motta-Roth (1995, p. 142). Tanto a subfunção 3 como a 6 não existem na configuração da pesquisadora. A ocorrência da primeira, *explicitando enfoque utilizado*, parece estar relacionada com a natureza analítico-especulativa da disciplina Teoria da Literatura, que necessita determinar o ponto de vista através do qual se faz certa leitura ou análise. Souza (1991, p. 53) aponta que “...são tantas as correntes contemporâneas de investigação da literatura, empenhadas em controvérsias relativas a métodos e conceitos, que seria mais apropriado falar-se em teorias da literatura, no plural”.¹⁰

10 SOUZA, R. A. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1991.

Em vista da constatação de que a área se serve de certa multiplicidade de abordagens, derivada de várias orientações teóricas, parece ser importante para o leitor ter conhecimento, logo na abertura de uma resenha, do enfoque ou corrente a qual o livro se atém. Notamos que a resenha que aqui analisamos traz esta marca em [5]:

[5] *A abordagem comparativa e interdisciplinar* permite à autora focalizar seu objeto sob o prisma de diversas áreas do conhecimento, realçando as inter-relações, conceituais e ideológicas,

Quanto à existência da subfunção 6, *fornecendo avaliação inicial*, especulamos que a antecipação da avaliação do livro para o primeiro movimento retórico pode ter sua origem em uma analogia com resenhas publicadas em revistas não-especializadas, cujos textos revelam a presença de marcas de avaliação em toda sua extensão, inclusive em títulos e subtítulos. Em um estudo preliminar de uma pequena amostra de resenhas de filmes publicadas nas revistas *Time*, *Newsweek* e *Veja* (Carvalho, 1998), detectamos esta tendência em 3 dos 5 textos escritos em língua portuguesa, tendência esta corroborada por Gerot e Wignell (1995, p. 217-219). Estes autores definem a função de resenhas como “criticar um evento ou trabalho artístico para o público”, incluem filmes, programas de TV, *shows*, livros e concertos dentre os trabalhos artísticos a serem apreciados, e sugerem a seguinte estrutura genérica: “Orientação – Relato interpretativo – Avaliação – Resumo avaliativo”. Afirmam que a avaliação “é normalmente iterativa”,¹¹ ou seja, é repetida com intenção de enfatizar e fornecem um exemplo onde epítetos atitudinais (Halliday, 1985, p. 184) se encontram presentes em diferentes porções do texto, para expressar opinião e emitir julgamento. Assim, ao trazer índices de avaliação do livro para o primeiro movimento retórico, o resenhista parece estar mimetizando, em um texto de cunho acadêmico, a configuração retórica do gênero mais popularmente conhecido como *crítica*; este também pode ser considerado o motivo para a prática de se dar títulos a resenhas acadêmicas.

Das 20 resenhas analisadas, 13 oferecem ao leitor algum tipo de avaliação inicial, seja do livro em si ou das potencialidades do autor, sempre de ordem bem geral. Na passagem retirada da resenha-exemplo (em 6), notamos que grupos

11 GEROT, L.; WIGNELL, P. *Making Sense of Functional Grammar*. Sidney: Stabler, 1995.

nominais extensos têm a função de fornecer avaliação quanto à competência da autora, remetendo à sua capacidade de argumentar de forma minuciosa e de dominar a produção de análises. A autora também é descrita como detentora da “voz de um narrador crítico e perspicaz”. No parágrafo seguinte (exemplo 7), a resenhista reitera sua avaliação da competência da autora ao afirmar que ela “evita armadilhas” e que o faz “com muita propriedade”:

[6] *Ancorada no rigor de sua argumentação, na potencialidade de sua análise e no vasto e profundo conhecimento do tema, Heloísa adota a voz de um narrador crítico e perspicaz que revisita um rico corpus bibliográfico na construção de um texto que informa, discute e problematiza muitos dos saberes já constituídos sobre o negro.*

[7] Consciente de que, em geral, o aparato discursivo ocidental sobre o negro tem traduzido a cor negra como uma ausência ou o sujeito negro como signo de invisibilidade, a autora, *com muita propriedade*, evita as armadilhas das visões etnocêntricas e logocêntricas, atenta às íntimas relações entre saber e poder que se estabelecem e se reproduzem no seio da própria linguagem.

Esse deslocamento da avaliação para a abertura da resenha parece sinalizar que, em contraste com a tendência observada por Motta-Roth dentre os usuários de língua inglesa, os juízos de valor sobre a obra apreciada assumem maior importância para os usuários da língua portuguesa e, por isso, devem ser antecipados.

Na resenha analisada também se encontra a subfunção *fornecendo informação sobre o autor*; através da utilização de itens lexicais que indicam que o livro resenhado não é o primeiro, como por exemplo *último* ou *mais recente*, o resenhista sinaliza que o autor do livro em questão é experiente, pois ou é membro da academia ou já se estabeleceu como produtor de conhecimento pela via da publicação de seus trabalhos; essa informação também se configura como uma forma de avaliação do autor do livro:

[8] *O mais recente livro de Heloísa Toller Gomes abre-se com uma instigante epígrafe, pinçada de Guimarães Rosa: “O que lembro, tenho”.*

Na “descrição da organização do livro”, o segundo movimento retórico, o resenhista fornece uma visão geral da estruturação da obra, mencionando o número total de partes, capítulos, ou ainda seus principais assuntos, linhas de argumentação e recortes principais (subfunção 7); essa visão geral pode ser refinada através de detalhamento do conteúdo de cada parte (subfunção 8). Em geral, essas duas subfunções formam um bloco de texto onde observamos o macro-padrão *geral-particular* (Hoey, 1983, p. 134-167), e em especial a relação de emparelhamento (“matching relation”) ‘previsão-detahle’, o que remete ao processo cognitivo da produção ou compreensão desse padrão de organização textual. Em outras palavras, através da subfunção 7, o resenhista apresenta ao leitor o plano mais geral da organização da obra (o leitor fica com uma visão do todo) que, por sua vez, será detalhado através da descrição do conteúdo de cada parte, através da subfunção 8. É importante ressaltar que o fato de o resenhista mencionar a estruturação geral da obra não quer dizer que ele necessariamente especificará o assunto de cada parte mencionada, ou que, ao listar assuntos principais, estes serão desmembrados em tópicos.

A resenhista de “Na travessia dos discursos oitocentistas” faz um painel geral da organização do livro ao anunciar os três grandes eixos de trabalho da autora e ao detalhar o conteúdo das diferentes partes de seu livro segundo estes três eixos. Cada parte é então esmiuçada na forma de temas abordados, autores estudados, figuras públicas mencionadas, ou ainda subdividida de acordo com a proposta de categorização das obras literárias, por exemplo. Esse painel pode ser traduzido de forma esquemática em:

Geral/Previsão	Os três recortes: o discurso religioso, o político e o literário	
Particular/ Detalhe	Parte 1: revisão da literatura sobre o escravismo e as questões raciais	
	Parte 2: exame crítico dos processos de construção ideológica que sustentam a produção dos discursos religioso e político	<ul style="list-style-type: none"> ◆ o discurso religioso oficial e o não-oficial ◆ o discurso político: Joaquim Nabuco no Brasil e Lincoln nos EUA
	Parte 3: o discurso literário	<ul style="list-style-type: none"> ◆ os textos de tese ◆ os textos que tematizam, sem problematizar, questões raciais e sociais ◆ os textos que convidam à reflexão

No terceiro movimento, “avaliação de partes do livro”, o resenhista emite juízos de valor a respeito de partes específicas da publicação. Observamos na resenha-exemplo que esse movimento retórico se combina com o anterior e que ambos compõem um mesmo bloco. Das 20 resenhas analisadas, 9 apresentam avaliação de partes específicas da obra em conjunção com a descrição do conteúdo de cada parte e 3 o fazem em porção separada do texto.

É nesse movimento retórico que o resenhista ressalta as qualidades ou problemas de partes da publicação, em geral na forma de asserções que expressam juízos de valor, justificados posteriormente ou não. Segundo Motta-Roth (1995, p. 173), “neste ponto do texto, a ênfase passa da descrição para a avaliação e os resenhistas se tornam especialmente subjetivos em seus comentários”; temos aqui o que chamaríamos de registro das primeiras impressões da leitura executada pelo resenhista.

A subfunção 9, *fornecendo avaliação baseada na credibilidade do resenhista*, configura-se quando o resenhista avalia determinada parte da publicação, mas não inclui justificativa para sua asserção. Resta ao leitor ver na opinião expressa um *testemunho de autoridade* (Rottemberg, 1994, p. 151-152); em outras palavras, sua afirmativa tem duplo valor: de tese e de suporte à opinião. Como nos dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 348), o argumento de autoridade “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. No caso das resenhas, o juízo é emitido pelo próprio autor do texto, o que faz com que a questão da credibilidade da fonte tenha papel fundamental. Supomos que uma das condições a serem respeitadas quando da leitura de uma resenha é a de que o resenhista tem a competência necessária para desempenhar tal função; idealmente, portanto, o leitor deve dar crédito aos julgamentos por ele emitidos. É o que faz com que sua asserção possa prescindir de um segmento textual que a justifique, como no exemplo 9:

[9] Na segunda parte, a autora detém-se, *com perícia*, no exame crítico dos processos de construção ideológica que sustentam a produção dos discursos religioso e político que se fazem transmissores e veiculadores de uma visão de mundo assentada na pretensa supremacia racial do branco sobre o negro, [...].

Nesse caso, observamos que o exame levado a cabo pela autora do livro é avaliado como tendo sido feito “com perícia”, mas não há nada no texto que justifique a tal posição; ou seja, a opinião expressa pelo resenhista vale por si só e tem respaldo em sua credibilidade.

Em outras resenhas do *corpus* identificamos a subfunção 10, *fornecendo avaliação justificada*, que é caracterizada neste movimento em particular pela presença do tipo de texto denominado por Martin (1985, p.17-27) de *exposição exortativa*.¹² Ao avaliar partes da publicação, o autor da resenha propõe uma tese que procura defender através de argumentos e prepara uma recomendação; esta última, em geral, se realiza no último movimento retórico. Esta recomendação pode ser compreendida como um convite, mesmo que implícito, à ação: ‘leia – ou não – este livro’.

No último movimento retórico, “veredicto sobre o livro”, a opinião do autor da resenha sobre as qualidades ou problemas da publicação como um todo é apontada ou retomada, no caso de haver avaliação nos movimentos retóricos anteriores; esse movimento também se assemelha ao pronunciamento de uma sentença em um julgamento: é preciso que o caso seja descrito, que as provas sejam apresentadas, avaliadas e validadas, para que só então o veredicto seja proferido e as ações determinadas pelo juiz encaminhadas. De forma análoga, é neste movimento retórico das resenhas acadêmicas que se percebe que o resenhista está *recomendendo* (subfunção 11) ou *recomendendo com restrições* (subfunção 12) a leitura da publicação, através de seu veredicto, de sua avaliação final. Por ser a última, também encontram-se, nesta porção do texto, indícios de que ele chega a seu fim. Na resenha-exemplo (em 10), encontramos índices de avaliação positiva no efeito promovido pela escolha dos verbos *aguçar* e *enriquecer* com a autora como agente da ação e o leitor como receptor; além disso, *e* indica que o texto está por “terminar” já que este é a última “adição” à lista de características positivas do livro resenhado:

[10] *E* ao nos guiar nesse percurso de leitura e desleitura dos discursos oitocentistas sobre o negro, Heloísa *aguça e enriquece* nossa percepção do passado e do presente, nos lembrando, sempre, que não só a história é feita de muitas histórias, mas que o reconhecimento do outro e da alteridade não prescinde, nunca, do perene exercício de releitura crítica dos códigos e convenções que traduzem esse outro como sujeito ou como objeto, nas travessias mesmas dos saberes.

12 Martin (1985, p. 17) distingue esta de *exposição analítica*, que visa “persuadir os leitores de que a tese é bem formulada”.

No *corpus* analisado, este é a fração mais curta do texto, em geral coincidindo com seu último parágrafo; os textos analisados não desaconselham a leitura das publicações avaliadas.

Temos, então, como configuração geral do padrão retórico das resenhas acadêmicas de interesse para a área de Teoria da Literatura, o seguinte esquema:

Movimento retórico 1: apresentação do livro

Subfunção 1: definindo o assunto do livro e/ou

Subfunção 2: inserindo o livro em uma área de estudo e/ou

Subfunção 3: explicitando enfoque utilizado e/ou

Subfunção 4: delimitando leitores potenciais da publicação e/ou

Subfunção 5: fornecendo informações sobre o autor e/ou

Subfunção 6: fornecendo avaliação inicial.

Movimento retórico 2: descrição da organização do livro

Subfunção 7: descrevendo a organização geral do livro e/ou

Subfunção 8: especificando o assunto de cada parte.

Movimento retórico 3: avaliação de partes do livro

Subfunção 9: fornecendo avaliação baseada em credibilidade e/ou

Subfunção 10: fornecendo avaliação justificada.

Movimento retórico 4: veredicto sobre o livro

Subfunção 11: recomendando a leitura ou

Subfunção 12: recomendando a leitura com restrições.

Todas as resenhas analisadas apresentam os movimentos retóricos 1 e 2; um total de 12 (60%) contêm o terceiro movimento, mas apenas 3 (15%) destacam a avaliação em porção separada do texto, enquanto 9 (45%) combinam descrição com avaliação em um único momento. As 8 resenhas que não têm M3, ou a conjunção M 2/3, apresentam algum tipo de avaliação em outros pontos do texto, com exceção de apenas uma. O movimento retórico 4 está presente em 15 resenhas (75%), o que não quer dizer que nas restantes não haja avaliação do livro, pois em 3 delas o resenhista o faz no primeiro movimento. Logo, podemos dizer que pelo menos três movimentos retóricos (1, 2 e 4) estão consistentemente presentes nas resenhas escritas em português, ao passo que a presença do M3 é provável, já que 60% dos textos o

incluem. Estes resultados indicam que a organização da informação nas resenhas acadêmicas progride da apresentação do livro, passando por uma descrição de sua estruturação em partes ou do seu conteúdo, e desemboca em comentários acerca de suas qualidades ou problemas, sendo que índices de avaliação se espalham por todo o texto.

Conclusão

O padrão retórico de organização textual identificado nas resenhas de nosso *corpus* aponta como característica marcante desses textos a reiteração da avaliação, que já é indicada na abertura das resenhas, repetida durante a avaliação de partes específicas da publicação e de novo retomada no fechamento do texto. Podemos daí inferir que uma síntese descritiva do conteúdo de um livro da área de Teoria da Literatura não daria conta das expectativas de um leitor de resenhas de publicações desta área; a descrição do conteúdo precisa ser necessariamente acompanhada de avaliação do valor da obra, principalmente no que diz respeito à sua contribuição para a área. Em geral, o resenhista destaca essas contribuições na porção de seu texto em que descreve partes da publicação, ressaltando as mais relevantes ao pinçar apenas algumas. Outro índice importante de avaliação enfoca a competência do autor do livro analisado. O fato de as resenhas serem, em geral, positivas sugere que a avaliação emitida pelo resenhista tem de fato um impacto na comunidade acadêmica a qual se dirige, e que uma certa ética do ato de resenhar deve ser respeitada, até em função de o próprio resenhista ser também um membro dessa comunidade.

Ser aceito como membro de uma comunidade acadêmica significa, muitas vezes, demonstrar-se capaz de atuar dentro de certas convenções, inclusive retóricas. Nesse sentido, um estudo da organização retórica de resenhas pode servir de ponto de partida para os membros novatos da academia, na forma de um guia que os ajude a melhor compreender as formas pelas quais podem vir a se aproximar ou se afastar dos propósitos institucionalmente definidos e sedimentados no gênero, percebendo que papéis a produção de resenhas assume na atividade acadêmica. O uso do termo “guia” é proposital, pois aqui não advogamos a idéia de um modelo a ser seguido à custa da perda da autonomia ou do estilo de quem escreve; no entanto, entendemos que alguns ritos de passagem acadêmicos justificariam a visita a modelos.

RESUMO

A pesquisa que aqui relatamos traz os resultados da análise do gênero *resenhas acadêmicas*. Os 20 textos selecionados em periódicos brasileiros avaliam publicações de interesse para a área de Teoria da Literatura; neste primeiro momento da pesquisa, objetivamos detectar organização retórica das resenhas e identificar as características lingüísticas mais relevantes para atualizar o propósito comunicativo do gênero.

Os padrões retóricos de resenhas acadêmicas identificados por Motta-Roth (1995), baseados na abordagem analítica de Swales (1990), são aqui adotados como ponto de partida para a análise de nosso *corpus*, em conjunção com teorias de gênero cujas bases enfatizam a importância de aspectos sociais e culturais de um texto (Carolyn Miller, 1984; Charles Bazerman, 1994). Buscamos, portanto, regularidades na forma e no conteúdo de textos que compoem este gênero, e o estabelecimento de relações entre as regularidades encontradas e o contexto sociocultural que afeta a produção dos textos. Os resultados apontam que a reiteração do juízo de valor expresso pelo resenhista a respeito da obra se dá ao longo de todo o texto, e não apenas no seu último movimento retórico.

Palavras-chave: Resenhas acadêmicas, análise de gênero, análise do discurso.

ABSTRACT

This paper reports on the results of an analysis of the genre *academic review*. The 20 texts chosen from Brazilian journals appraise books which are of interest for the area of Literary Theory. The first phase of this research project aims at identifying the rhetorical organization of the reviews as well as the most relevant linguistic characteristics which realize the communicative intentions of the genre.

The rhetorical pattern of academic book reviews identified by Motta-Roth (1995), who based her research on Swale's (1990) genre-analytical approach, is here adopted as a starting point for the analysis of our *corpus*, together with genre theories which stress the importance of social and cultural aspects of a text (cf. Carolyn Miller, 1984; Charles Bazerman, 1994). Therefore, we look for regularities in the form and content of texts which make up such a genre and aim at establishing relations between these and the cultural context which affects the production of the texts. The results indicate that the value judgement expressed by the reviewer is recursive and thus repeated throughout the text, not just in its last rhetorical movement.

Key-words: Academic reviews, genre analysis, discourse analysis.

REFERÊNCIAS

- BAZERMAN, C. Systems of Genres and the enactment of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.
- BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. N. Rethinking genre from a sociocognitive perspective. In: BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. N. *Genre Knowledge in disciplinary Communication*. New Jersey: Laurence Erlbaum Associates Inc. Publishers, 1995.
- BHATIA, V. *Analysing genre: language use in professional settings*. London: Longman, 1993.
- BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: CUP, 1988.
- CARVALHO, G. *A preliminary study of a small selection of film reviews from recent editions of the Time, Newsweek and Veja weekly magazines*. Niterói: UFF, 1998. Mimeog.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes, 1991.
- FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.
- GEROT, L.; WIGNELL, P. *Making sense of functional grammar*. Sidney: Stabler, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to functional grammar*. London: E. Arnold, 1985.
- HOEY, M. *On the surface of discourse*. London: George Allen & Unwin, 1983.
- IVANIC, R. *Writing and identity: the discoursal construction of identity in academic writing*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 1998.
- LILIS, T. New voices in academia? The regulative nature of academic writing conventions. *Language and Education*, v. 11, n. 3, p. 182-199, 1997.
- MARTIN, J. R. *Factual writing: exploring and challenging social reality*. Oxford: OUP, 1985.
- MARTINS, L. M. Na travessia dos discursos oitocentistas. *Cadernos Pedagógicos e Culturais*, Niterói, v. 3, n. 1, p. 177-190, jan./jun. 1994.
- MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, n. 70, p. 151-176, 1984.
- MOTTA-ROTH, D. *Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book Reviews in Linguistics, Chemistry, and Economics*. Florianópolis, 1995. Tese (Doutorado)-UFSC.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação – a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROTTENBERG, A. T. *Elements of argument: a text and reader*. 4. ed. Boston: Bedford Books, 1994.
- SOUZA, R. A. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1991.
- SWALES, J. *Genre analysis*. Cambridge: CUP, 1990.